

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Aliança parental, Coesão e Adaptabilidade Familiar
ao longo do ciclo vital da família

Marta Mories Estevens Machado

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

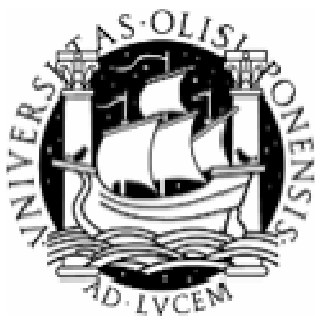
Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Aliança parental, Coesão e Adaptabilidade familiar
ao longo do ciclo vital da família

Marta Mories Estevens Machado

Dissertação orientada pela Prof. Doutora Maria Teresa Ribeiro
e co-orientada pela Prof. Doutora Ana Sousa Ferreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2008

Resumo

Aliança parental, coesão e adaptabilidade familiar ao longo do ciclo vital

Resumo: O presente estudo investiga a relação entre a aliança parental, a coesão e a adaptabilidade familiar, de modo a compreender se a aliança parental pode funcionar como factor mediador da adaptabilidade e coesão da família. Para o efeito aplicou-se a Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale - FACES II (Olson, Portner & Bell, 1982) e o Parenting Alliance Inventory – IAP (Abidin & Brunner, 1995), a uma amostra recolhida em Portugal, constituída por 368 participantes, com idades compreendidas entre os 20 e os 69 anos. O modo como as três variáveis variam ao longo do ciclo vital da família é igualmente analisado no estudo. Os resultados demonstram que as três variáveis se encontram relacionadas entre si, apresentando semelhanças no modo como variam ao longo do ciclo vital.

Palavras-chave: Família, Ciclo vital da família, Aliança parental, Coesão familiar e Adaptabilidade familiar

Abstract

Parenting Alliance, Family cohesion and Family adaptability throughout the vital cycle

Summary: This research investigates the relation between the parenting alliance, the family cohesion as well as the family adaptability, in order to understand if the parenting alliance can function as a mediating factor of the family cohesion and adaptability. For this purpose, it was applied the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale - FACES II (Olson, Portner & Bell, 1982) and the Parenting Alliance Inventory – IAP (Abidin & Brunner, 1995) to a sample collected in Portugal, constituted by 368 participants, with ages comprised between the 20 and the 69 years old. The way the three variables vary along the family life cycle is also analyzed in the research. The results demonstrate that the three variables are related, presenting similarities in the way they vary throughout the vital cycle.

Key Words: Family, Family life cycle, Parenting Alliance, Family cohesion and Family adaptability

Agradecimentos

*À minha família por todo o amor e apoio incondicional,
por estarem presentes na minha vida.
Pelos sorrisos que me aquecem o coração
e me dão força para continuar
por serem o meu refugio e o meu porto seguro
por contribuírem para a pessoa que sou
....*

*À minha orientadora Prof. Dra. Maria Teresa Ribeiro,
por todas as horas de dedicação, pelo apoio
e pelo sorriso sempre reconfortante.*

*Às minhas meninas pela amizade, pelo carinho,
pelos sorrisos e gargalhadas.
Por terem tornado esta longa caminhada,
num caminho delicioso de percorrer.*

*À minha amiga Carolina, pela presença constante,
pelas palavras certas, no momento certo,
por todo o apoio e amizade.
Obrigada....*

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Conceptual.....	1
Metodologia.....	12
1.1. Questão inicial.....	12
1.2. Mapa Conceptual.....	12
1.3. Objectivos.....	13
1.4. Hipóteses de investigação.....	13
1.5. Estratégia Metodológica.....	14
1.5.1. Selecção da amostra.....	14
1.5.2. Instrumentos	
1.5.2.1. Parenting Alliance Inventory (IAP).....	17
1.5.2.2. Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale(FACES).....	18
1.5.3.Procedimentos.....	20
Resultados.....	21
Discussão de Resultados.....	27
Conclusão.....	31
Bibliografia.....	32
Anexos.....	34

Introdução

A família representa um dos pilares da sociedade e é o contexto primário e privilegiado de socialização, permitindo aos indivíduos influenciar-se mutuamente no contacto com as diferentes gerações (Cruz, 2005). Neste sentido, a estrutura familiar representa a teia invisível que organiza o modo como os subsistemas familiares e os seus membros interagem entre si (Minuchin, 1974).

A parentalidade ao constituir-se como uma das etapas mais marcantes e significativas do ciclo vital da família, está em constante desenvolvimento e crescimento, de acordo com a idade dos filhos (Cruz, 2005). No subsistema parental, também a aliança parental estabelecida pelos pais, assume um papel preponderante na vida familiar, contribuindo para a sua progressão e para o seu bem estar.

Assim, modelo de aliança parental de Feinberg (2003) é o ponto de partida para o estudo que se desenvolveu e que tem o intuito de analisar as relações entre o subsistema parental, mais concretamente a aliança parental, e a família como um todo. Com efeito, tal como referem Van Egeren e Hawkins (2004), a aliança parental não deve ser equacionada fora do processo familiar, nem este último pode ser pensado e caracterizado sem integrar todos os seus subsistemas.

Neste sentido, considera-se que “o processo de coparentalidade é importante, mas é apenas uma das peças de um puzzle dinâmico” (Van Egeren & Hawkins, 2004, p.168) do sistema familiar.

Enquadramento Conceptual

Coesão e Adaptabilidade Familiar

A família do ponto de vista sistémico pode ser entendida como “uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados (...) a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura” (Gameiro, 1992, cit. por Relvas, 2006, p.11). Com base no que foi referido anteriormente, torna-se pertinente estudar a família, o modo como funciona e quais as variáveis familiares que mais contribuem para o seu equilíbrio.

De entre os diversos modelos de funcionamento familiar¹, o modelo Circumplexo do Sistema Conjugal e Familiar de Olson, é um dos modelos mais estudados e utilizados para diversas investigações (e.g. ciclo vital, estrutura familiar). Este modelo é particularmente útil para o diagnóstico relacional, uma vez que se foca no sistema e integra três dimensões que são, constantemente, consideradas como relevantes nos modelos familiares e nas abordagens de terapia familiar (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003).

As três dimensões que constituem o modelo Circumplexo são a **coesão**, definida como a ligação emocional que se estabelece entre os membros de uma família; a **adaptabilidade** ou flexibilidade que avalia a capacidade do sistema familiar mudar a sua estrutura de poder, as regras e o papel das relações em resposta a uma situação de stress situacional e de desenvolvimento; e a **comunicação** que tem o objectivo de facilitar o movimento das outras duas dimensões, não estando representada graficamente (Olson & Gorall, 2003). As dimensões coesão e adaptabilidade (figura 1) são formadas por vários níveis e para cada uma delas colocou-se a hipótese de que os níveis moderados seriam os mais adequados para o funcionamento equilibrado de uma família, enquanto que os níveis mais extremos seriam considerados mais problemáticos (Olson, 2000).

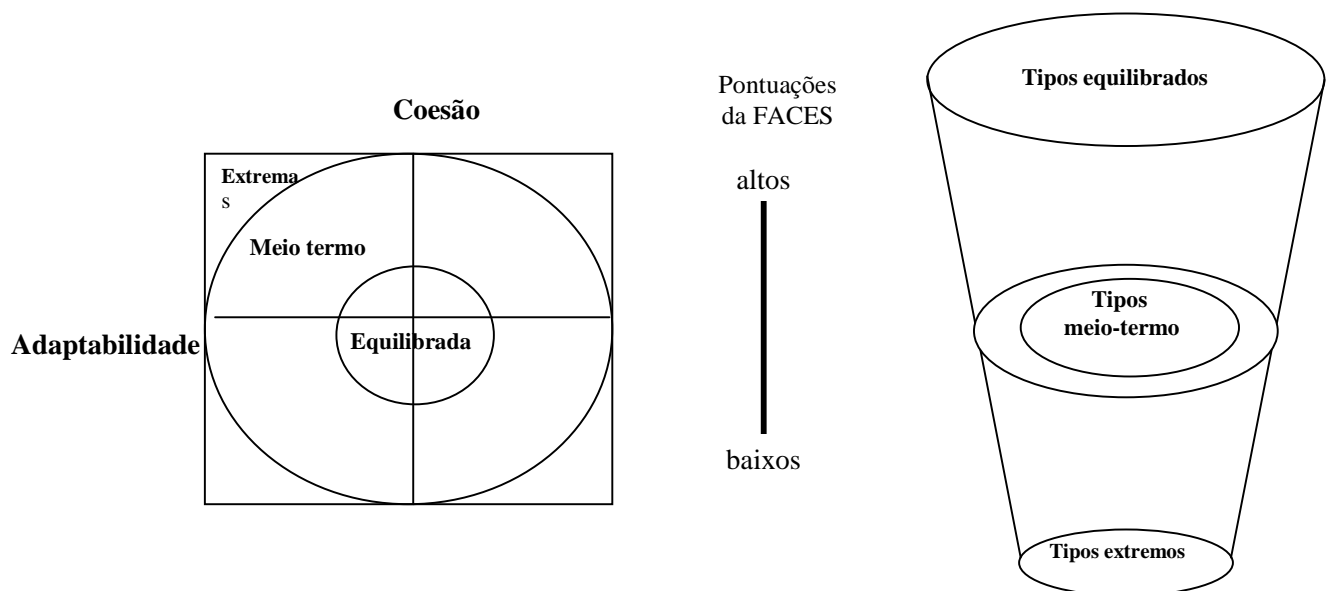


Figura 1. Modelo Circumplexo Tridimensional de Olson (1991)

¹ No presente estudo torna-se pertinente centrarmo-nos no modelo Circumplexo de Olson, não descurando a existência de outros modelos familiares (e.g. Mc Master Model de Miller; Family Process Model de Skinner; Darlington Family Assessment System de Wilkinson; Beavers Family Systems Model de Beavers e Hampson).

Deste modo e de acordo com o modelo, a dimensão da coesão (figura 2) apresenta os seguintes níveis: desmembrada (coesão extremamente baixa); separada (coesão baixa/moderada); ligada (coesão moderada/alta) e emaranhada (coesão extremamente alta) (Olson, 2000). Uma família é considerada funcional se suporta os períodos de tensão, de forma a preservar a identidade do sistema e a respeitar as diferenças individuais dos membros (Tribuna, 2000). Assim, nos níveis considerados equilibrados (separada e ligada) há uma maior funcionalidade familiar entre os membros, sendo os indivíduos capazes de oscilar entre os outros níveis, em situações de crise familiar (e.g. transições no ciclo vital). Contudo, o mesmo não sucede nos níveis mais extremos (desmembrada e emaranhada), considerados como desequilibrados.

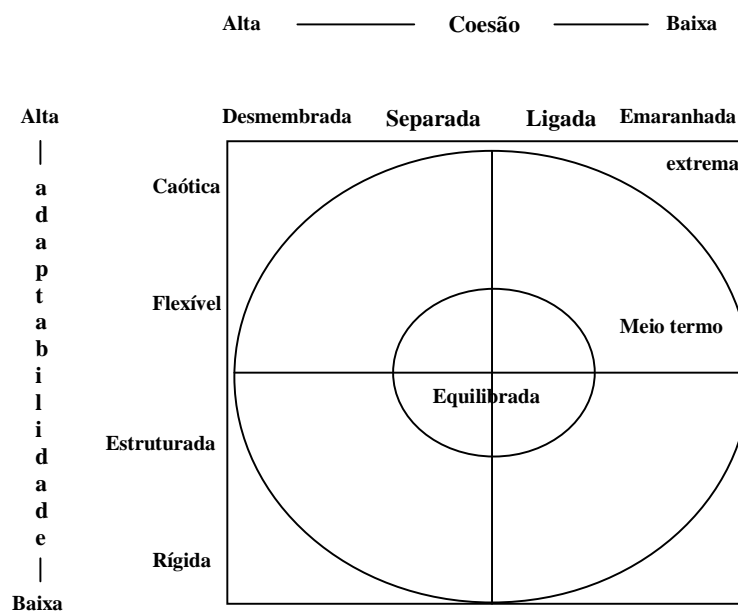


Figura 2. Modelo Circumplexo de Olson (1989)

Nos níveis equilibrados, uma família com uma relação separada denota alguma separação emocional (mas não extrema), sendo o tempo passado sem a família considerado importante, ao contrário de uma relação ligada, em que se atribui mais importância ao tempo passado em família, pelo facto de haver uma maior proximidade emocional e lealdade entre os membros. Nos níveis extremos, uma relação desligada é caracterizada por uma separação emocional e pouco envolvimento entre os membros da família. Por seu lado, uma família emaranhada caracteriza-se

por uma extrema ligação emocional e uma grande dependência entre os membros havendo pouca diferenciação do *self* (Olson, 2000).

Relativamente à dimensão adaptabilidade é também possível encontrar quatro níveis (figura 2): rígido (adaptabilidade extremamente baixa); estruturado (adaptabilidade baixa/moderada); flexível (moderada/alta) e caótico (adaptabilidade extremamente alta) (Olson, 2000). Nos níveis mais funcionais (estruturado e flexível) há um equilíbrio entre a estabilidade e a mudança e, há uma tendência para a família ser mais equilibrada ao longo do tempo.

Uma família estruturada, por norma, exprime uma liderança democrática que inclui as crianças, com ajustamentos nos papéis e nas regras familiares sempre que necessário. Por sua vez, uma família flexível descreve-se como tendo uma liderança igualitária, com uma abordagem democrática entre os membros, incluindo activamente as crianças. As regras e os papéis são partilhados e apropriados às idades (Olson, 2000).

No caso dos níveis mais extremos, as famílias podem ser consideradas rígidas ou caóticas. Nas famílias rígidas, um dos membros controla a dinâmica familiar, impondo uma rigidez de papéis e uma inflexibilidade nas regras. Em relação às famílias caóticas, os papéis não estão bem definidos e podem ocorrer frequentes trocas de papéis entre os indivíduos, havendo uma impulsividade marcada nas tomadas de decisões (Olson, 2000).

Os vários níveis familiares de cada dimensão (coesão e adaptabilidade) vão originar dezasseis tipos familiares, que são agrupados em quatro grandes tipos: equilibrado, moderadamente equilibrado, meio termo e extremo. Os tipos familiares foram encontrados após efectuar a correspondência, numa escala de 1 a 8, das dimensões coesão e adaptabilidade.

Ao analisarmos o modelo, é necessário ter em conta que há aspectos que podem afectar o funcionamento familiar, tais como eventos considerados stressantes pela família, transições nas etapas de desenvolvimento e tensões intra-familiares (Greeff, 2000). Estes aspectos caracterizam as várias etapas do ciclo vital da família, podendo conduzir a variações nos níveis da adaptabilidade e coesão, assim como a diferentes expressões numa mesma etapa.

O modelo Circumplexo permite colocar duas hipóteses pertinentes para o presente estudo. Primeiramente que as famílias consideradas equilibradas (com níveis centrais de coesão e de adaptabilidade) terão um funcionamento mais adequado/equilibrado ao longo do ciclo de vida, uma vez que um sistema considerado funcionalmente equilibrado deverá vivenciar os extremos de uma dimensão, por curtos períodos de tempo, quando tal se justificar. No entanto é necessário

ter em conta, que os tipos extremos de uma dimensão não são obrigatoriamente disfuncionais, visto que as famílias pertencentes a minorias étnicas ou grupos religiosos, possuem um conceito familiar diferente do ocidental. Por outro lado e, relacionado com o que foi referido anteriormente, o modelo ao ser dinâmico permite equacionar mudanças na família, ao longo do ciclo vital. Deste modo, as famílias poderão modificar as dimensões coesão e/ou adaptabilidade, de forma a adaptarem-se a novas mudanças ou crises, decorrentes das etapas do ciclo vital. As mudanças são encaradas como sendo uma melhoria do funcionamento familiar (Olson, 2000).

Ciclo Vital da Família

A família apresenta um carácter desenvolvimentista, identificando-se “uma sequência previsível de transformações na organização familiar, em função do cumprimento de tarefas bem definidas; a essa sequência dá-se o nome de *ciclo vital* e essas tarefas caracterizam as suas etapas.” (Relvas, 2006, p.16). O ciclo vital da família é, por conseguinte, uma classificação das várias etapas de vida da família, que engloba de forma interactiva características dos sujeitos, aspectos internos do sistema e a relação entre os subsistemas e os contextos externos em que a família se insere (e.g. escola, trabalho).

Nos anos 50, Duvall (socióloga) apresentou a primeira classificação do ciclo vital e considerou os filhos e a idade do filho mais velho como critérios de delimitação das várias etapas. Hoje em dia, apesar de existir algum consenso, são diversos os modelos e as designações utilizadas para caracterizar as etapas do ciclo de vida. Na presente dissertação utilizar-se-á a terminologia proposta por Relvas (1996) faseada em 5 etapas: formação do casal, família com filhos pequenos, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e a família com filhos adultos. Esta nomenclatura é baseada na classificação de autores como Minuchin e Fishman, que defendem uma posição mais estrutural/global e Duvall, Hill e Rogers que apresentam uma posição mais individualista (Relvas, 2006).

A primeira etapa do ciclo de vida, a **formação do casal**, caracteriza-se pela união dos dois membros do casal, que vão constituir a família nuclear. A segunda etapa diz respeito à **família com filhos pequenos**, inicia-se com o nascimento do primeiro filho e tem como grandes tarefas de desenvolvimento a complexificação da estrutura familiar, com a passagem da conjugalidade à parentalidade, e a consequente abertura do sistema. A terceira etapa que corresponde à **família com filhos na escola**, representa o crescimento dos filhos, sensivelmente até aos 9/10 anos e é

caracterizada pela abertura da família a um novo sistema, a escola. Esta etapa é muitas vezes encarada como uma forma de avaliação da família, mais concretamente, à capacidade dos pais desempenharem correctamente a sua função parental. Esta fase caracteriza-se, ainda, por uma maior diferenciação do intra-sistema familiar, com uma maior abertura ao exterior. A quarta etapa, **família com filhos adolescentes**, conduz a grandes mudanças na dinâmica e estrutura familiar, transversal a três gerações, pelas alterações físicas e comportamentais que o adolescente está a vivenciar, pela alteração na relação pais-filhos, tal como pela entrada dos pais na meia-idade e pela velhice dos avós. Considerou-se que esta fase se inicia por volta dos 11/12 anos e termina aos 17/18 anos, delimitando-se três etapas no decorrer da adolescência, a primeira dos 11/12 aos 13 anos, a segunda dos 14 aos 16 anos e a terceira até aos 18 anos, uma vez que a adolescência apresenta características distintas, desde o seu início até ao final, não podendo ser criteriosa no que diz respeito às suas idades (Bizarro, 1999). Por último, a quinta etapa do ciclo vital é definida como **família com filhos adultos**, inicia-se com a maior idade dos filhos e é expressa pela saída destes de casa, precipitando uma nova dinâmica familiar caracterizada pelo envelhecimento do casal e pela abertura do sistema a novas gerações, os netos (Relvas, 2006; Alarcão, 2006).

Modelos de Parentalidade

Desta forma, verifica-se que a parentalidade constitui-se como um motor fundamental de crescimento e desenvolvimento da família, representando as figuras parentais uma fonte de influência no percurso de desenvolvimento da criança (Cruz, 2005). Com o intuito de definir o conceito de parentalidade, poderíamos afirmar que se refere “ao conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos, no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade” (Cruz, 2005, p.13).

As investigações empíricas sobre o comportamento parental começaram há cerca de 100 anos, sendo que nas duas últimas décadas o interesse por esta área, concretamente pelos factores que influenciam a parentalidade, relaciona-se sobretudo com o abuso de crianças e com a influência que exerce no comportamento infantil (Abidin, 1992). Esta crescente preocupação e interesse conduziu à elaboração de vários modelos de parentalidade, com o intuito de dar resposta

a várias questões, como por exemplo “Quais os factores que influenciam o comportamento parental?”.

Em 1984, Jay Belsky apresentou o modelo dos determinantes da parentalidade (figura 3), relacionado com o abuso de crianças, que pretendia englobar o maior número de variáveis correlacionadas com o comportamento parental. Entre as variáveis destacam-se as características pessoais, históricas, sociais, comportamentais e a relação conjugal (Belsky, 1984, 1986; citado por Abidin, 1992).

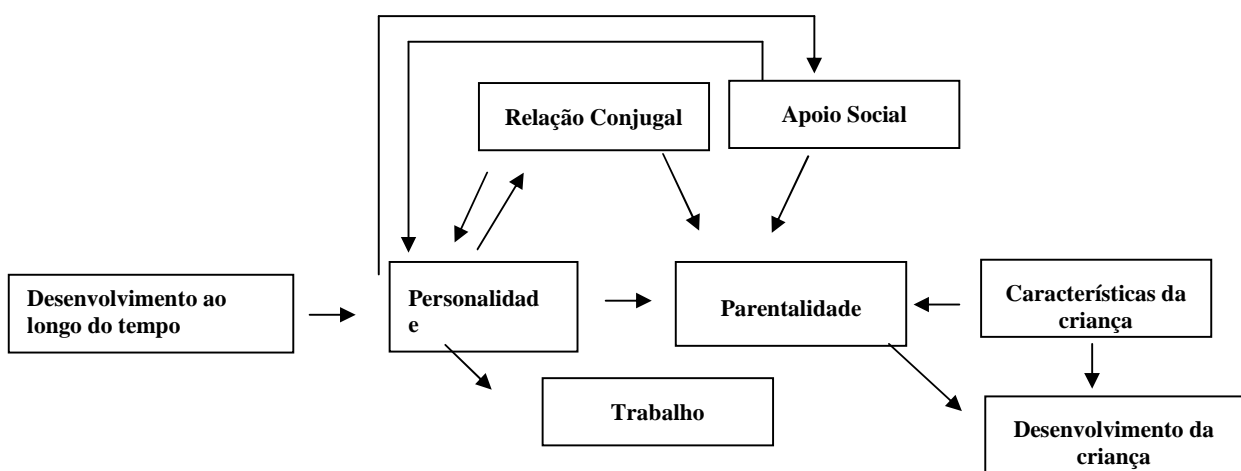


Figura 3. Modelo dos determinantes parentais de Belsky (1984)

Este modelo produziu mudanças significativas na comunidade científica pela forma de interpretar algumas das variáveis familiares, como tendo utilidade preditiva em relação ao comportamento parental, constituindo um exemplo a importância da relação conjugal no ajustamento da parentalidade e do comportamento da criança (Belsky, 1986; cit. por Abidin, 1992). Apesar do seu trabalho subsequente ter permitido expandir as variáveis consideradas importantes nos modelos de parentalidade, o seu modelo não concebe os pais como pensando, planeando ou tendo objectivos individuais (Belsky, Lerner & Spanier, 1988; cit. por Abidin, 1992).

Em 1982, Abidin desenvolveu um modelo inicial de comportamento parental que colocava o stress parental como o ponto central do modelo, uma vez que este conceito era encarado como uma variável motivacional que encorajava os pais a usufruir dos recursos que possuíam, de forma

a apoiar a sua parentalidade (Abidin, 1982; cit. por Abidin, 1992). Em 1992, desenvolveu um novo modelo (figura 4) que, segundo o autor, para além do stress parental, incluía variáveis (sociológicas, ambientais, comportamentais e de desenvolvimento) consideradas como boas preditoras do comportamento parental (Abidin, 1992). Neste novo modelo, Abidin introduziu, ainda, uma nova variável, a aliança parental, que constitui uma alternativa à variável relação conjugal incluída no modelo de Belsky (1984). Esta decisão foi baseada nas investigações de Belsky et al. (1986), Emery (1988) entre outros autores que, ao estudarem os efeitos do conflito conjugal no comportamento da criança, verificaram que a satisfação conjugal não era um preditor do comportamento parental (Abidin, 1992).

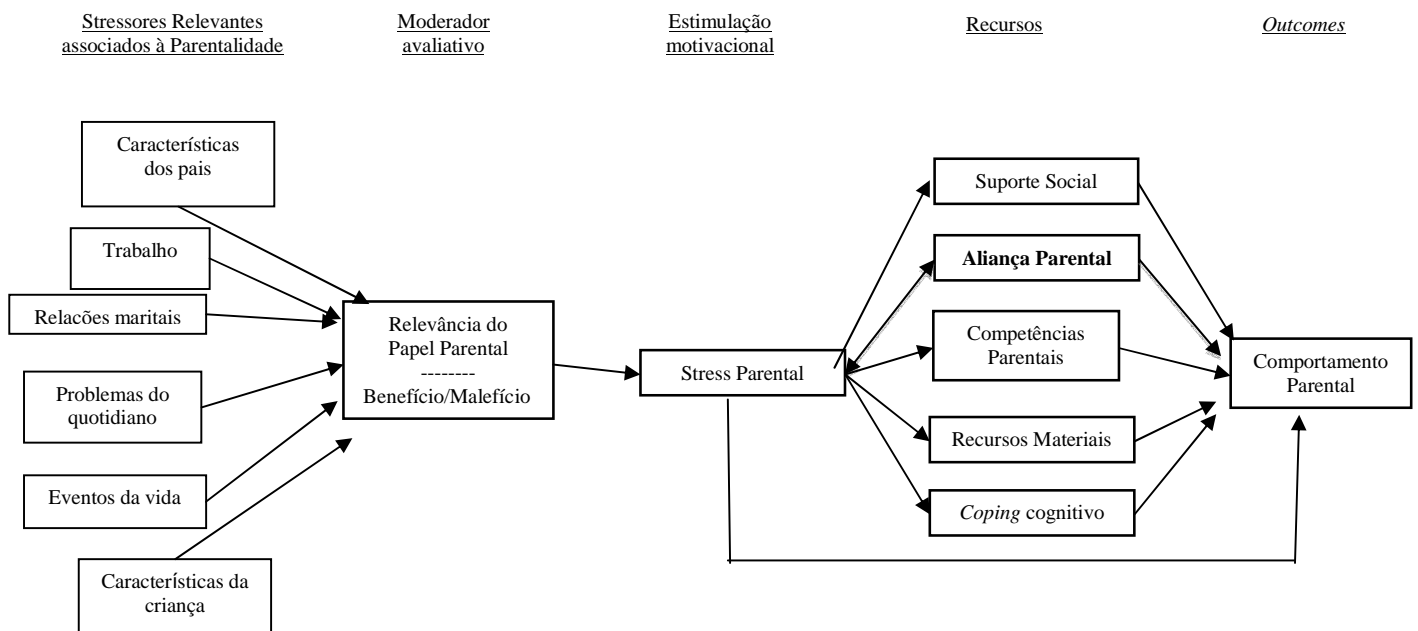


Figura 4. Modelo de Stress Parental de Abidin (1992)

Aliança Parental

O conceito de aliança parental, introduzido no modelo de Abidin (1992), foi criado por Cohen e Weissman (1984, cit. por Abidin, 1992) para descrever uma parte da relação conjugal que se ocupa da paternidade/maternidade e da educação da criança (Abidin, 1995). Para os autores a aliança parental só se estabelece se: “(a) ambos os pais investirem na criança, (b) ambos os pais valorizarem o envolvimento do outro com a criança, (c) ambos os pais respeitarem a

opinião do outro pai em relação à criança e (d) ambos os pais desejarem comunicar um com o outro.” (Weissman & Cohen, 1985, p.25; cit. por Abidin, 1995). Deste modo, verifica-se que a aliança parental mede o grau de envolvimento e cooperação de cada um dos pais no processo de educação da criança.

A investigação, actualmente, utiliza um outro conceito, a coparentalidade, para definir a relação que se estabelece entre os pais, no processo contínuo de educação de uma criança. Feinberg (2003) definiu-a como um termo conceptual que se refere “à forma como os pais ou as figuras parentais se relacionam entre si no processo de serem pais” (Feinberg, 2003, p.96). Mais tarde, Van Egeren e Hawkins (2004) definiram a relação de coparentalidade, quando pelo menos duas pessoas que, quer por acordo mútuo ou por normas sociais, tenham responsabilidade conjunta pelo bem-estar e educação de uma criança em particular. Esta definição possibilita integrar a diversidade de estruturas familiares existentes (e.g. pais casados, em união de facto ou divorciados). Desta forma, e a partir das duas definições anteriores, verifica-se que a coparentalidade não é caracterizada pelo facto dos pais individualmente conseguirem dar resposta às necessidades diárias da criança, mas envolve uma sincronização dos adultos responsáveis pelo processo de criar e educar uma criança (Groenendyk & Volling, 2007), que continua até à idade adulta, apesar de diminuir com a sua saída de casa e formação de uma nova família (Margolin, Gordis & John, 2001).

O termo coparentalidade, segundo autores como Van Egeren e Hawkins (2004), caracteriza-se por ser conceptualmente semelhante a outros termos, como por exemplo, aliança parental (Cohen & Weissman, 1984), parceria parental (Floyd & Zmich, 1991, cit. por Van Egeren & Hawkins, 2004) e parentalidade partilhada (Deutsch, 2001, cit. por Van Egeren & Hawkins, 2004). Deste modo, utilizar-se-á o termo de aliança parental ao longo da presente tese, por ser comparável ao termo de coparentalidade.

Feinberg (2003, 2002) tendo por base vários estudos (e.g., Belsky et al., 1996, cit. por Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001; McHale, 1995, cit. por Feinberg, 2003) identificou quatro componentes no modelo de aliança parental (figura 5): a *gestão conjunta da família*² que diz respeito às diversas interações que ocorrem entre os membros de uma família; a *divisão de trabalho* que se relaciona com os deveres, responsabilidades e tarefas referentes à criança (e.g.

² Tradução do termo *Joint Family Management* (Feinberg, 2003)

alimentação, afecto, questões financeiras, legais, médicas); o *suporte/boicote*³ referente ao apoio ou falta de apoio proporcionado ao outro membro da díade, no que concerne à sua competência parental; e, por último, o *acordo na educação/cuidados da criança*⁴, que se refere ao grau de concordância dos pais (figuras parentais) em relação a estes dois pontos e se espelha, por exemplo, na segurança, nos valores morais, nas prioridades educacionais e nas necessidades emocionais. Na ausência de dados empíricos sobre as inter-relações dos componentes, o autor assumiu que as quatro dimensões estão moderadamente relacionadas entre si, ao mesmo tempo que se distinguem umas das outras (Feinberg, 2003).

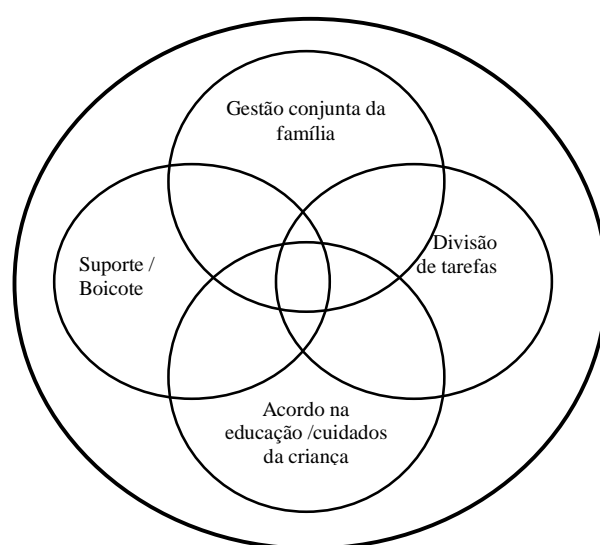


Figura 5. Modelo de Aliança Parental de Feinberg (2003)

Lerner (1993, cit. por Van Egeren) verificou que a percepção de aliança parental, por norma, mantém-se estável ao longo do ciclo vital, podendo sofrer flutuações entre as várias etapas, uma vez que a aliança parental é influenciada por diversos factores (e.g. etapas normativas; características individuais de parentalidade), ocorrendo uma renegociação da relação de aliança nos períodos de transição familiar. Contudo, Feinberg (2002) refere que na etapa da família com filhos adolescentes, a aliança parental poderá ter mais variações em relação às etapas anteriores, pelas características particulares desta etapa.

³ Tradução do termo *Support/Undermining* (Feinberg, 2003)

⁴ A tradução provém do termo *Childrearing Agreement* (Feinberg, 2003) e, foi traduzido por *Acordo na educação/cuidados da criança*, por ser um termo abrangente e não existir termo congénere na Língua Portuguesa.

Feinberg (2002, 2003) considera que existe uma influência mútua entre factores individuais, familiares e extra-familiares e a aliança parental, uma vez que esta não só é influenciada por estes três aspectos, como influencia os comportamentos resultantes destes. Tendo em conta esta influência, o autor considera que a aliança parental pode funcionar como um mediador entre os factores de risco e os comportamentos familiares.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar a influência mútua entre a aliança parental e os comportamentos familiares, aqui representados pela coesão e adaptabilidade da família. A maior parte dos estudos debruça-se sobre o impacto que estas variáveis têm no comportamento das crianças, não verificando a influência que exercem entre si. Do mesmo modo, esta é uma área que necessita de mais estudos que permitam compreender o modo como esta influência varia ao longo das etapas do ciclo de vida. Por conseguinte, nesta investigação pretende-se analisar a relação entre a aliança parental, a coesão e a adaptabilidade e compreender de que forma esta relação varia ao longo do ciclo vital, numa amostra portuguesa.

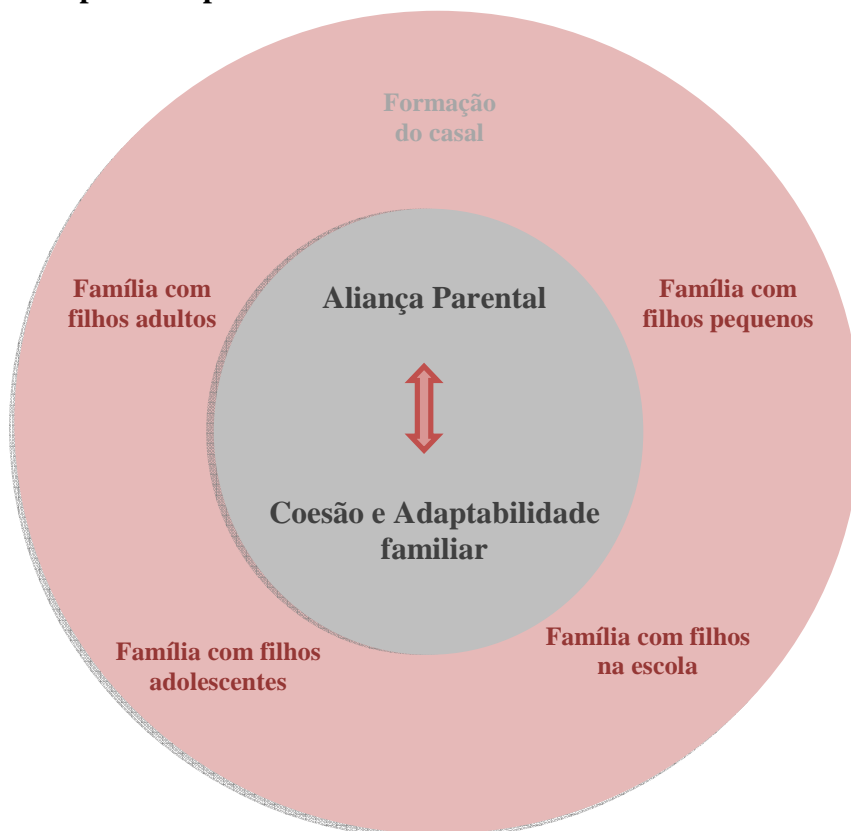
Processo Metodológico

1. Desenho da investigação

1.1. Questão inicial

A questão a que se procura responder com o desenvolvimento deste estudo é a de conhecer a relação entre a aliança parental, a coesão e a adaptabilidade, entre a segunda e a quinta etapas do ciclo vital da família, visto que o questionário da aliança parental só se aplica a casais com filhos. Uma vez que, segundo Feinberg (2003), a aliança parental pode ser entendida como um mediador entre os factores de risco e os *outcomes*⁵ familiares, pretende-se analisar a relação que se estabelece entre a aliança parental e a coesão e a adaptabilidade, verificando de que modo varia tal interacção ao longo das etapas do ciclo vital, em cima mencionada.

1.2. Mapa Conceptual



⁵ Utilizou-se o termo *outcomes* familiares, por ser um termo bastante abrangente e que engloba uma diversidade de comportamentos/resultados familiares, conduzindo a uma perda de informação caso fosse traduzido.

1.3. Objectivos

O estudo insere-se na temática da parentalidade, tendo como objectivo primordial estudar se há variações na aliança parental e na coesão e na adaptabilidade ao longo da segunda e da quinta etapas do ciclo de vida e perceber qual a influência que exercem entre si. Com base no objectivo geral pretende-se especificamente:

- Analisar a aliança parental entre a segunda e a quinta etapas do ciclo de vida da família;
- Analisar a coesão e a adaptabilidade entre a segunda e a quinta etapas do ciclo vital;
- Avaliar a correlação existente entre a variável aliança parental e a coesão e a adaptabilidade;
- Avaliar a relação existente entre variações na aliança parental, a coesão e a adaptabilidade, ao longo das etapas do ciclo de vida mencionadas.

1.4. Hipóteses de investigação

Tendo em conta os objectivos do presente estudo e de acordo com a literatura espera-se que a coesão e a adaptabilidade familiar variem com as transições do ciclo vital, tal como refere Olson (2000) no modelo circumplexo. Em relação às variações da aliança parental e visto não se ter informação concreta a este respeito, será realizada uma análise exploratória. Porém espera-se que mantenha um padrão estável nas duas primeiras etapas do ciclo vital em estudo (famílias com filhos pequenos e famílias com filhos em idade escolar), podendo verificar-se uma variação na etapa da família com filhos adolescentes (Feinberg, 2002), enquanto é esperado que na última etapa do ciclo vital surja um decréscimo na aliança, visto que é um período de independência dos filhos.

Relativamente à relação entre as variáveis, espera-se que estas estejam correlacionadas positivamente entre si e neste sentido que apresentem um comportamento semelhante ao longo do ciclo vital, visto que a aliança parental, segundo Feinberg (2003) pode ser entendida como um mediador entre os factores de risco e os *outcomes* familiares.

1.5. Estratégia Metodológica

1.5.1. Selecção da Amostra

A amostra (anexo I) foi recolhida em Portugal incluindo as ilhas, Açores e Madeira, e é constituída por 368 indivíduos com filhos até aos 18 anos (inclusivé), sendo que 92,1% (N=338) dos sujeitos são casados e 7,9% (N=29) estão em união de facto (quadro 1).

As idades dos sujeitos estão compreendidas entre os 20 e os 69 anos, sendo 51,1% (N=188) do sexo feminino e 48,9% (N=180) do sexo masculino (quadro 1).

Situação Relacional	Frequência	Percentagem Válida (%)
Casamento	339	92,1
União de facto	29	7,9
Total	368	100,0
Idade	Frequência	Percentagem Válida (%)
20-29	20	5,4
30-39	142	38,6
40-49	165	44,8
50-59	38	10,3
60-69	3	0,8
Total	368	100,0
Sexo	Frequência	Percentagem Válida (%)
Masculino	180	48,9
Feminino	188	51,1
Total	368	100,0

Quadro 1. Características da amostra

Quanto ao nível sócio-económico (quadro 2), verifica-se que 42,4% (N=156) dos indivíduos apresentam um nível sócio-económico médio alto ou alto, caracterizando a maioria da amostra. Sendo o nível sócio-económico baixo o menos representativo, verificando-se em apenas 12,8% (N=47) dos indivíduos. Com base nos resultados mencionados anteriormente, o nível de escolaridade que apresenta uma maior frequência é o ensino superior, enquanto o 4º ano de escolaridade a par do 6º ano de escolaridade são os menos frequentes na amostra estudada.

Nível sócio-económico	Frequência	Percentagem Válida (%)
Baixo	47	12,8
Médio	156	42,4
Médio-alto e Alto	165	44,8
Total	368	100,0
Escolaridade	Frequência	Percentagem Válida (%)
0-4 anos de escolaridade	11	3,0
5-6 anos de escolaridade	12	3,3
7-9 anos de escolaridade	55	15,0
10-12 anos de escolaridade	94	25,6
Frequência universitária	31	8,4
Ensino Superior	164	44,7
Total	367	

Quadro 2. Nível sócio-económico e Escolaridade

Relativamente ao local de residência dos indivíduos (quadro 3) que integram a amostra verifica-se que 56,0% (N=206) habitam na área da Grande Lisboa, ao contrário da ilha da Madeira que apenas representa 2,4% (N=9) da amostra, sendo a percentagem mais baixa de indivíduos.

Local de Residência	Frequência	Percentagem Válida (%)
Norte	22	6,0
Centro	82	22,3
Grande Lisboa	206	56,0
Alentejo	12	3,3
Algarve	19	5,2
Arquipélago da Madeira	9	2,4
Arquipélago dos Açores	17	4,6
Outra	1	0,3
Total	368	100,0

Quadro 3. Local de residência e idade dos filhos

No que concerne às pessoas com quem habita na mesma casa verifica-se que 94,3% (N=347) dos indivíduos habita com o seu núcleo familiar, representando a maioria da amostra, enquanto 5,7% (N=21) habita com a família nuclear mais alargada (quadro 4).

Em relação à idade dos filhos, esta varia entre o pré escolar e os jovens adultos ou adultos (quadro 4), registrando-se uma maior frequência de filhos com idades mistas⁶ (44,8% ; N=165) e de filhos em idade pré-escolar (22,6%; N=83). A idade menos frequente na amostra é de só filhos jovens adultos ou adultos (7,3%; N=27) e de só filhos em idade escolar (10,1% ;N=37).

Idade dos Filhos	Frequência	Percentagem Válida (%)
Só Pré-escolar	83	22,6
Só escolares	37	10,1
Só adolescentes (10-17)	56	15,2
Só jovens adultos/adultos	27	7,3
Mistos	165	44,8
Total	368	100,0
Habita com	Frequência	Percentagem Válida (%)
Nuclear	347	94,3
Nuclear mais alargada	21	5,7
Total	368	100,0

Quadro 4. Idade dos filhos e Núcleo familiar

Em relação às etapas do ciclo vital do casal⁷ (quadro 5), verifica-se que a etapa da família com filhos adolescentes apresenta a maior frequência, representando 33,7% dos filhos (N=124), enquanto a família com filhos na escola com 18,2% (N=67), representa a menor frequência.

Ciclo vital	Frequência	Percentagem Válida (%)
Família com filhos pequenos	83	22,6
Família com filhos na escola	67	18,2
Família com filhos adolescentes	124	33,7
Família com filhos adultos	94	25,5
Total	368	100,0

Quadro 5. Ciclo vital da família

⁶ Considerou-se o termo filhos mistos, para todos os casais com filhos em fases diferentes de desenvolvimento.

⁷ As etapas do ciclo vital da família, no caso dos filhos mistos, foram estabelecidas de acordo com a idade do filho mais velho do casal, segundo o critério de Duvall.

1.5.2. Instrumentos

Os participantes neste estudo responderam ao Inventário de Aliança Parental (Abidin & Brunner, 1995) e à Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar (Olson, Portner & Bell, 1982), para além de a um questionário geral sócio-demográfico (anexo II). Porém, estando este estudo incluído numa investigação mais ampla, denominada “Família, Conjugalidade e Parentalidade”, a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, os sujeitos responderam a outros instrumentos⁸ inseridos nas temáticas da conjugalidade e da família de origem.

1.5.2.1. Parenting Alliance Inventory (PAI)

(Inventário de Aliança Parental - IAP)

O inventário de Aliança Parental⁹ (Abidin & Brunner, 1995) pretende determinar o grau de concordância que cada pai acredita ter com o outro progenitor, em relação ao filho (anexoIII). Por conseguinte, é um instrumento de avaliação parental, constituído por duas versões: mãe e pai, sendo respondidos em separado.

O instrumento é composto por 20 itens, com uma escala de resposta do tipo Likert, cujos valores variam entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente) (Abidin & Brunner, 1995).

O IAP apresenta uma boa consistência interna, representado por um *alpha Cronbach* de 0.97 e não demonstra diferenças significativas entre as respostas dos homens e das mulheres. Contudo, é um bom instrumento diferenciador no que se refere às diferenças da situação relacional do casal: casados, divorciados, separados e solteiros (idem).

No presente estudo aplicou-se uma versão portuguesa do IAP, de Marta Pedro e Maria Teresa Ribeiro de 2007, tendo a amostra recolhida contribuído para a sua adaptação. No que concerne à análise realizada para a adaptação do instrumento, utilizou-se uma variante da análise em componentes principais, a análise de ordens, sobre as ordens (ranks) dos itens, uma vez que se

⁸ A & QRI-S (Adaptado por João Moreira, 1998); FES (Rudolf Moos & Bernice Moos, 1986; adaptado por Mena Matos & A. M. Fontaine, 1992); Easavic (Isabel Narciso & Maria Emília Costa, 1996); I.O.S. (Aron, Aron & Smollan, 1992); QDEP (Robison, Mandelco, Olsen & Hart, 2001; adaptado por Marta Pedro, Elsa Carapito & M. Teresa Ribeiro, 2007).

⁹ Anexo II

trata de uma escala ordinal. Desta forma, aplicou-se a teoria subjacente à análise em componentes principais a uma matriz de correlação de Spearman, em vez da clássica matriz de correlação de Pearson (Lebart, Morienau & Piron, 1995).

Na adaptação da escala, foi retirado o primeiro item por ter um valor de saturação inferior aos restantes (0,191 para a mãe e 0,103 para o pai), ficando deste modo, o instrumento reduzido a 19 itens e, somente, um factor. Relativamente à consistência interna do IAP, este apresenta um *alpha de Cronbach* de 0,904 para a Mãe e para o Pai 0,935. A adaptação portuguesa encontra-se em fase de estudo, não tendo ainda sido publicada¹⁰.

O uso do IAP, em investigação, torna-se pertinente por reduzir o impacto de outras variáveis, que podem ou não estar relacionadas com variáveis conjugais, que conduzem a uma confusão de relação entre crenças parentais, comportamentos parentais e comportamentos da criança (Abidin & Brunner, 1995).

1.5.2.2. Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale - FACES II

(Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar)

A FACES II¹¹ (Olson, Portner & Bell, 1982) é um questionário de auto-avaliação (anexo IV) que mede o funcionamento familiar em duas dimensões, a coesão e a adaptabilidade, de acordo com o Modelo Circumplexo de Olson. Permitindo classificar as famílias em quatro tipos: equilibradas, moderadamente equilibradas, meio termo e extremas (Tribuna, 2000). A dimensão da coesão mede os laços emocionais entre cada membro e os restantes, avaliando deste modo, o grau de separação ou ligação de cada elemento à família, enquanto a dimensão da adaptabilidade avalia a capacidade que o sistema conjugal ou familiar tem de mudar, em termos de estrutura, regras ou papéis, em resposta a determinada situação ou a acontecimento stressante. (Tribuna, 2000).

A segunda versão da escala foi construída com o intuito de aperfeiçoar alguns aspectos da versão anterior, tais como, ser aplicável a indivíduos com dificuldades de leitura, a indivíduos na faixa etária dos 12 anos, e ainda, ser constituída por menos itens. Desta forma, a escala foi reduzida para 30 itens, dos quais 16 permitem avaliar as características relacionadas com a

¹⁰ Narciso, Ribeiro e Ferreira (2008)

¹¹ Anexo III

dimensão da coesão, sendo 8 os conceitos que a avaliam: os laços/ligações emocionais, limites intergeracionais, coligações, tempo, espaço, amigos, decisão, interesses e lazer. À dimensão da adaptabilidade correspondem 14 dos itens da escala, sendo 6 os conceitos que a avaliam: assertividade, poder familiar, disciplina, estilo de negociação, regras e papéis (Tribuna, 2000). A escala de resposta é do tipo Likert, com cinco níveis, correspondendo o 1 a “quase nunca” e o 5 a “quase sempre”.

A FACES II, na sua versão original, demonstra ter um *alpha de Cronhbach* para a dimensão da coesão de 0,87 e para a da adaptabilidade de 0,78, sendo o *alpha* total da escala de 0,90, ou seja, são todos indicadores de uma boa consistência interna. As escalas estão correlacionadas entre si, com um $r=0,65$ (Olson, Bell & Portner, 1983; Lourenço, 1996, cit. por Tribuna, 2000). No presente estudo, utilizou-se a versão portuguesa da FACES II adaptada para a investigação a decorrer na FPCE da UL, houve porém a necessidade de inverter os itens 3, 9, 15, 25 e 29 da dimensão coesão e os itens 24 e 28 da dimensão adaptabilidade. Esta adaptação encontra-se em fase de estudo, não tendo ainda sido publicada¹².

A partir da análise da FACES verifica-se que altas pontuações nas escalas da coesão e da adaptabilidade são reveladores de sistemas familiares equilibrados, enquanto baixas pontuações, nas mesmas escalas, reflectem um sistema familiar desequilibrado (Olson, 2000). Neste sentido, a utilização deste instrumento pretende demonstrar que as famílias equilibradas são mais funcionais, em comparação com as famílias com pontuações mais extremas.

Este instrumento é considerado como tendo um bom nível de fidelidade, uma fácil administração e cotação e é apreciado em investigação, por ser fidedigno permitindo, ainda, a distinção entre famílias problemáticas e não sintomáticas e por ser um bom instrumento discriminatório da diversidade étnica (Olson, Bell & Portner, 1983; Maynard & Olson, 1987; Tribuna, 2000). Uma das limitações apontadas a esta escala é o facto de existir uma relação linear entre a funcionalidade familiar e o grau de coesão e adaptabilidade nas famílias equilibradas, em vez de uma relação curvilínea (Greeff, 2000; Olson & Gorall, 2003; Olson, 2000).

¹² Narciso, Ribeiro e Ferreira (2008)

1.5.3. Procedimentos

Os procedimentos de investigação foram iniciados com a aplicação dos questionários e recolha dos dados, que decorreu entre os meses de Dezembro de 2007 e Janeiro de 2008. A amostra é bastante diversificada, no que concerne às características populacionais (e.g. local de residência, meio rural/urbano), sendo proveniente de vários pontos de Portugal.

Os questionários foram aplicados maioritariamente no domicílio dos casais ou em locais calmos com as condições consideradas necessárias à aplicação de um instrumento de avaliação e em alguns casos, os questionários foram entregues aos casais e recolhidos posteriormente. Em qualquer das situações descritas anteriormente, foi pedido aos casais participantes que respondessem separadamente aos instrumentos e garantida a confidencialidade dos dados, a todos os sujeitos da amostra, tendo sido dada a possibilidade de entregarem os questionários num envelope fechado.

Após a fase de aplicação e recolha dos questionários, procedeu-se à introdução dos dados, durante o mês de Fevereiro, na base de dados criada para o efeito. Tendo sido no final, concebida uma base de dados única, que agrupou os dados recolhidos e introduzidos pelos vários alunos, processo este só possível pela uniformização e validação dos dados.

Os procedimentos estatísticos foram efectuados com recurso ao programa SPSS, versão 15.0 para o Windows, tendo-se iniciado em Março a análise estatística, com a caracterização da amostra.

Resultados

1.1. Aliança Parental

A análise da aliança parental iniciou-se com a avaliação das pontuações médias obtidas, em cada uma das quatro etapas estudadas (quadro 5). As médias ao longo das etapas variam entre 80,52 e 82,52 e, permitem concluir que na etapa da família com filhos adolescentes, a aliança parental é superior à verificada nas outras etapas, sendo a etapa da família com filhos adultos a que apresenta o valor mais baixo de aliança parental, sendo a média total do índice de aliança parental é de 81,75.

Etapas do ciclo vital	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Família com filhos pequenos	81,60	7,91	60,00	95,00
Família com filhos na escola	82,25	7,72	65,00	95,00
Família com filhos adolescentes	82,52	7,55	64,00	95,00
Família com filhos adultos	80,52	8,58	57,00	95,00
Total	81,75	7,94	57,00	95,00

Quadro 5. Resultados médios da aliança parental

De seguida procedeu-se à análise da relação existente entre a aliança parental e as etapas do ciclo vital, a partir de uma ANOVA para amostras independentes, uma vez que se verificou o pressuposto de homogeneidade das variâncias (teste de *Levene*=0,700; $p=0,552$) e a normalidade da distribuição da amostra, mesmo não se verificando, foi assegurada através da técnica de Q-QPlot por não ter um grande desvio à normalidade (anexo V). Os resultados obtidos demonstram que não há diferenças significativas entre as etapas do ciclo de vida (gráfico1), pelo que não se torna pertinente efectuar os procedimentos de comparações múltiplas ($F=1,129$; $p=0,338$).

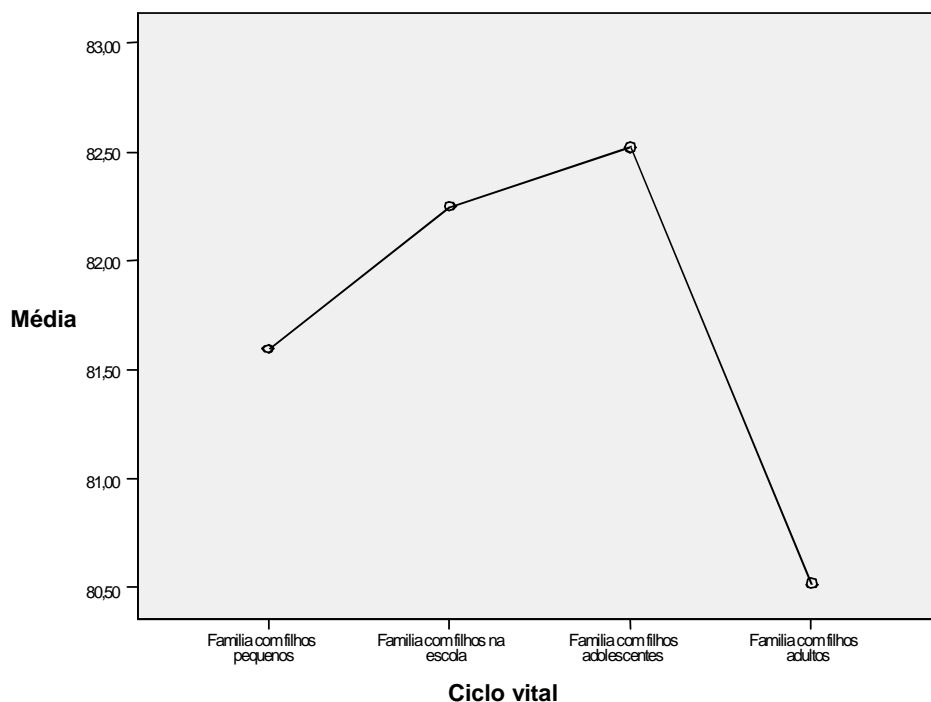


Gráfico 1. Média do IAP

1.2. Coesão Familiar

Os resultados obtidos na FACES para a dimensão da coesão demonstram que as médias obtidas por esta variável ao longo do ciclo de vida, varia entre os 50,75 e os 53,06, sendo a média total do índice de coesão familiar 52,24. A partir dos dados observa-se que a família com filhos adultos apresenta a média mais baixa ($M=50,75$) de coesão, enquanto a família com filhos pequenos apresenta um valor superior às outras etapas.

Etapas do ciclo vital	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Família com filhos pequenos	53,06	4,35	41,00	61,00
Família com filhos na escola	52,61	4,267	42,00	64,00
Família com filhos adolescentes	52,62	4,060	41,00	64,00
Família com filhos adultos	50,75	4,341	40,00	61,00
Total	52,24	4,31	40,00	64,00

Quadro 6. Resultados médios da coesão familiar

Com o intuito de avaliar a coesão familiar ao longo das etapas do ciclo vital e, visto que se cumprem os pressupostos de homogeneidade das variâncias (teste de *Levene*=0,129; $p=0,943$) e a normalidade é assegurada pela da técnica de Q-QPlots (anexo VI), à semelhança do que ocorreu com a aliança parental, realizou-se uma análise de variâncias através de uma ANOVA para amostras independentes. Verificou-se que existem diferenças significativas entre as etapas do ciclo de vida ($F=5,348$; $p=0,001$). A ANOVA só nos permite saber se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, não nos elucidando em quais das etapas diferem entre si, por conseguinte aplicou-se os procedimentos de comparações múltiplas, especificamente o teste Tukey¹³.

Neste sentido, o teste de Tukey permitiu observar que, para um grau de confiança de 95%, a etapa da família com filhos adultos ($M=50,75$) se destaca das restantes etapas, família com filhos pequenos ($M=53,06$), família com filhos na escola ($M=52,61$) e família com filhos adolescentes ($M=52,62$), sendo a etapa que apresenta uma menor coesão familiar (gráfico 2).

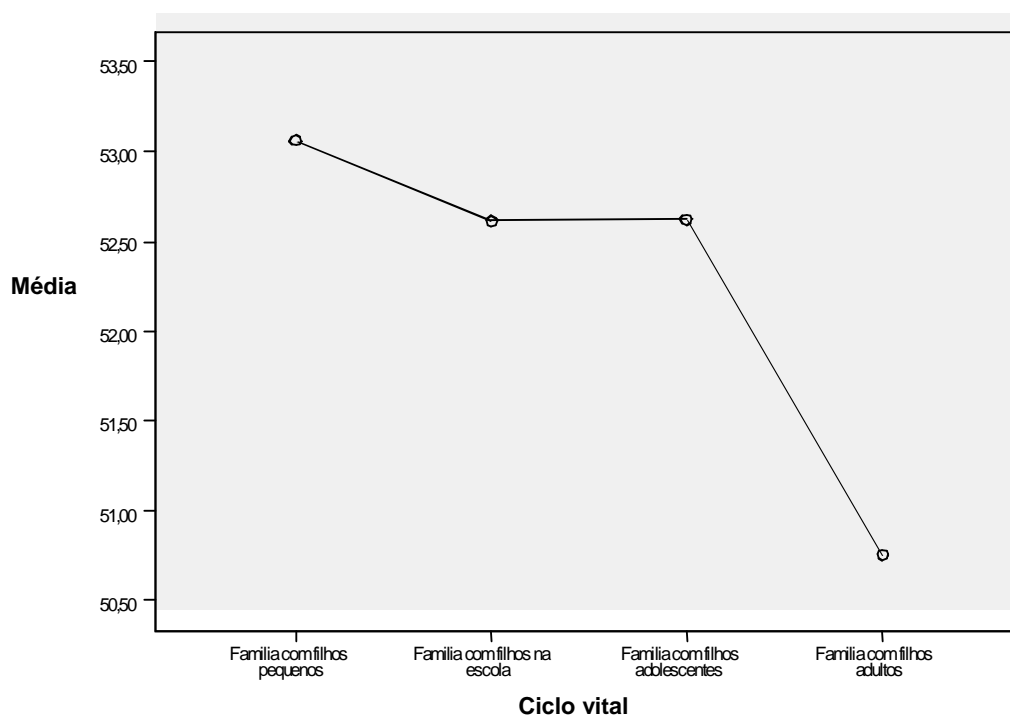


Gráfico 2. Médias da coesão familiar

¹³ Selecionou-se este teste por ser robusto a desvios da normalidade e da homogeneidade das variâncias e por ser o mais indicado para grandes amostras, segundo Maroco (2007).

1.3. Adaptabilidade Familiar

No quadro 7 encontram-se os valores médios da dimensão de adaptabilidade familiar da FACES, ao longo das etapas do ciclo de vida, tal como o desvio padrão e os valores mínimo e máximo. Pode observar-se que a adaptabilidade na etapa da família com filhos na escola apresenta o valor mais baixo ($M=48,92$), enquanto a família na etapa com filhos adolescentes demonstra ter uma maior adaptabilidade familiar ($M=50,53$), tal como seria de esperar. A média total dos valores da adaptabilidade familiar é 49,59.

Etapas do ciclo vital	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Família com filhos pequenos	49,04	5,30652	37,00	62,00
Família com filhos na escola	48,92	5,86650	33,00	60,00
Família com filhos adolescentes	50,53	5,43345	38,00	62,00
Família com filhos adultos	49,33	5,04171	37,00	59,00
Total	49,59	5,41313	33,00	62,00

Quadro 7. Resultados médios da adaptabilidade familiar

A fim de avaliar a relação existente entre as etapas do ciclo vital e a adaptabilidade, efectuou-se uma análise de variâncias, através de uma ANOVA para amostras independentes, uma vez que se cumprem os pressupostos de homogeneidade das variâncias (teste de *Levene*=0,601; $p=0,615$) e de normalidade (*K-S*=0,011; $p=0,011$). Porém, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as etapas do ciclo vital estudadas ($F=1,891$; $p=0,131$).

1.4. Correlação entre a aliança parental e as variáveis familiares, coesão e adaptabilidade

Após se ter percebido como é que a aliança parental, a coesão e a adaptabilidade familiar variam nas diferentes etapas do ciclo de vida da família e, de modo a poder compreender melhor os resultados obtidos, tentou-se perceber de que forma a aliança parental se relaciona com as variáveis familiares definidas por Olson (1982), a coesão e a adaptabilidade. Neste sentido,

começou-se por avaliar a relação entre a aliança parental e a coesão familiar, através de uma análise correlacional entre as variáveis, concretamente, a partir do cálculo de coeficiente de correlação de Pearson, visto que se cumpre o pressuposto da normalidade, pela técnica do Q-QPlot. Os dados obtidos (R de *Pearson*=0,394) permitem afirmar que há uma correlação linear positiva entre as duas variáveis, sendo considerado uma relação razoável¹⁴. Este resultado demonstra que quando uma das variáveis aumenta, a outra variável também aumenta.

Relativamente à relação existente entre a aliança parental e a adaptabilidade familiar, recorreu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de Pearson, uma vez que se verifica a normalidade das distribuições nas duas variáveis. O resultado (R de *Pearson*=0,522) indica que há uma boa correlação linear positiva entre a aliança parental e a adaptabilidade, o que significa que as variáveis aumentam ou diminuem em simultâneo. Esta correlação é mais significativa que a verificada anteriormente, o que indica que há uma maior relação entre a aliança parental e a adaptabilidade familiar.

1.5. Relação existente entre variações na coparentalidade, a coesão e a adaptabilidade, ao longo das etapas do ciclo de vida.

Depois de se conhecer o modo como se correlacionam as variáveis, e a fim de compreender melhor a relação existente entre a aliança parental e a coesão e a adaptabilidade ao longo das etapas do ciclo vital em estudo, traçou-se o perfil de cada uma das variáveis. Para tal, procedeu-se a uma transformação linear das médias obtidas, em valores comparáveis numa escala uniforme de 0 a 100 (percentagens), obtendo-se o gráfico 3.

Da análise do gráfico, verifica-se que a coesão e a adaptabilidade familiar têm um comportamento semelhante, diferenciando-se na etapa da família com filhos adolescentes, onde a adaptabilidade evidencia valores mais elevados, em relação às outras etapas. Relativamente à adaptabilidade, a coesão apresenta um decréscimo mais acentuado na última etapa, família com filhos adultos, tal como a aliança parental. Por sua vez, a aliança parental demonstra um comportamento crescente mas estável entre as etapas, valores mais elevados na etapa da família com filhos adolescentes, à semelhança da adaptabilidade familiar, decrescendo na etapa da família com filhos adultos, tal como referido anteriormente.

¹⁴ Fink (1995, p.36) refere que “para algumas disciplinas de ciências sociais, correlações de 0,26 a 0,50 são consideradas muito elevadas”.

A partir da visualização do gráfico pode-se constatar que a amostra pontuou valores elevados na aliança parental, e os valores mais baixos observam-se na coesão familiar.

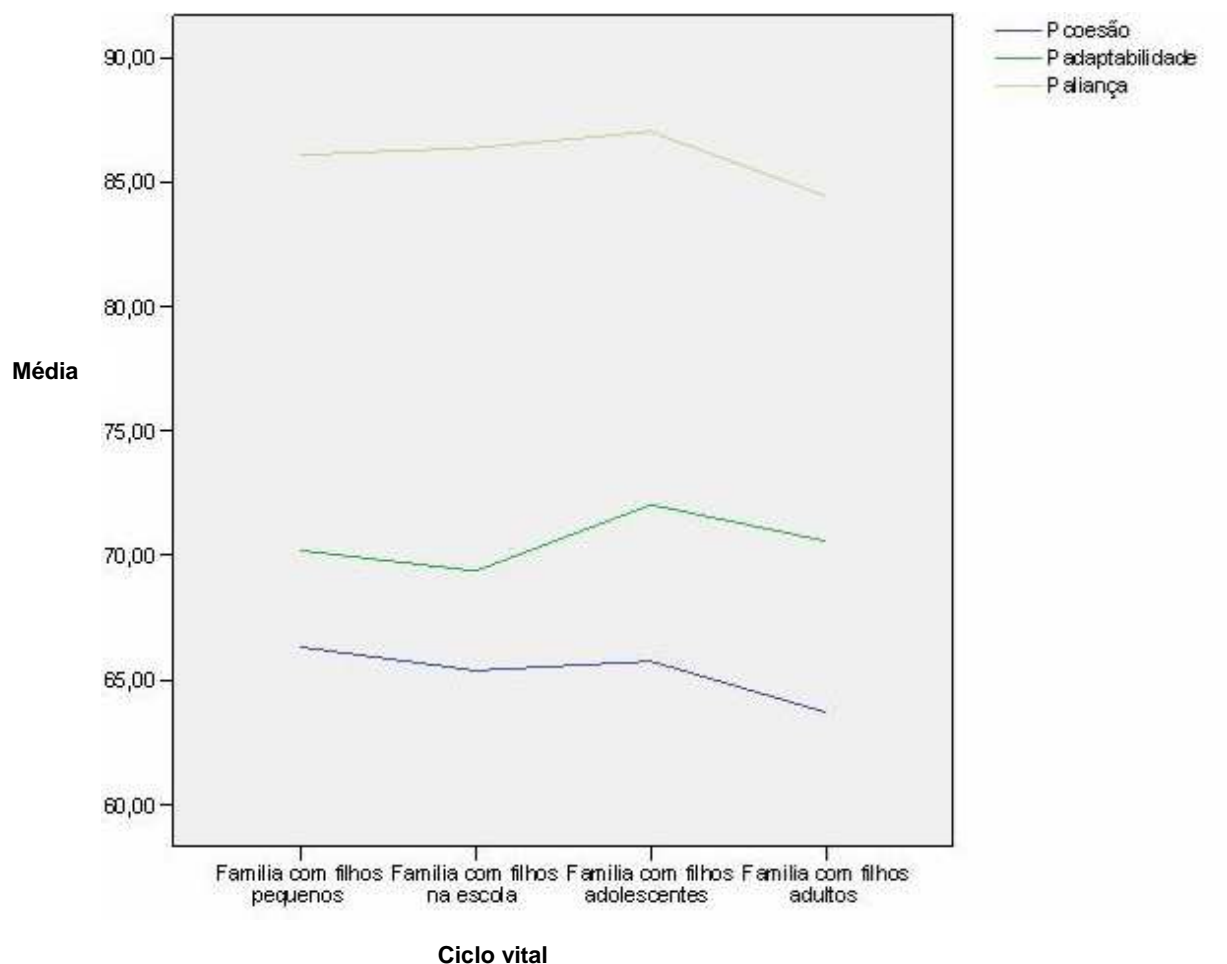


Gráfico 3. Médias das variáveis ao longo do ciclo vital

Discussão

Os resultados obtidos permitem, de um modo geral, corroborar as hipóteses de investigação levantadas inicialmente e desta forma responder à questão colocada inicialmente “Que relação se estabelece entre a aliança parental, a coesão e a adaptabilidade, entre a segunda e a quinta etapas do ciclo vital da família?”. Neste sentido, no decorrer da discussão iremos analisar os resultados encontrados na amostra recolhida e perceber de que forma as variáveis e a relação entre elas varia ao longo do ciclo vital.

Relativamente à correlação entre as variáveis verifica-se que apresentam boas correlações entre si, sendo que a aliança parental e a adaptabilidade familiar manifestam uma correlação mais elevada, do que a verificada entre as variáveis coesão familiar e aliança parental. Esta informação vai de encontro ao hipotetizado, uma vez que os componentes que caracterizam a aliança parental (gestão conjunta da família, divisão de tarefas, acordo na educação/cuidados da criança e suporte/boicote), pela sua função estão mais ligados à vertente funcional do casal, e consequentemente da família, do que à ligação emocional existente entre os membros, com excepção da componente de gestão conjunta da família, que se caracteriza pelas diversas interacções que ocorrem entre os membros de uma família e deste modo, está mais correlacionado com a coesão, do que com a adaptabilidade familiar. Este resultado está em concordância com os estudos que indicam que pode haver uma boa aliança parental em casais divorciados (Feinberg, 2003), ou seja, a aliança parental formada pelos pais tem um carácter funcional, podendo ser encarado com uma parte operante do subsistema parental. A aliança parental identifica-se, por conseguinte, mais com a adaptabilidade, que tem o intuito de criar flexibilidade na família, de forma a que esta se adapte a situações de mudanças, do que com a coesão familiar, que tem como objectivo a criação de laços emocionais entre indivíduos da família.

Em relação, à aliança parental verifica-se que esta, tal como seria de esperar e segundo Lerner (1993), tem tendência a manter-se estável ao longo das etapas (não se verificaram diferenças significativas) podendo sofrer variações entre as fases de transição. Contudo, e no mesmo sentido do referido por Feinberg (2002), a etapa da família com filhos adolescentes apresentou um resultado ligeiramente diferente das outras etapas, pelas especificidades que qualificam esta fase de desenvolvimento. No caso do presente estudo foi o valor mais elevado,

demonstrando que na nossa amostra, os pais têm tendência para formar uma maior aliança entre si na etapa da família com filhos adolescentes, o que poderá ser uma estratégia para atenuar uma das etapas mais longas e difíceis do ciclo vital da família, tal como refere Alarcão (2006). Em termos gerais, constata-se que os resultados obtidos na aliança parental são bastante elevados ($M=81,75$), não se verificando grandes oscilações nos valores recolhidos e consequentemente não se terem observado diferenças estatisticamente significativas. Este aspecto pode ser explicado pela homogeneidade da amostra recolhida.

No que concerne à variação da coesão ao longo do ciclo vital, verificaram-se mudanças estatisticamente significativas entre as etapas, o que seria de esperar segundo o modelo circunflexo tridimensional de Olson (2000), uma vez que ao ser um modelo dinâmico permite equacionar mudanças ao longo das fases de transição familiares, de forma a que a família se adapte melhor às mudanças e às crises vividas. Contudo, apesar das diferenças significativas, os resultados situam-se no nível separado (representado por baixos valores), próximos do nível desligado. Dado este resultado, é possível colocar a hipótese de que o nível de coesão familiar poderia ser mais baixo (desligado) se não se observasse na amostra uma aliança parental elevada, pois como mencionado em cima, um dos componentes da aliança parental, a gestão conjunta da família refere-se à ligação emocional entre os indivíduos. A etapa da família com filhos pequenos foi a que mais se destacou, obtendo o maior valor da amostra, tal facto poderá ser explicado por se caracterizar como uma fase de grandes mudanças, com o aparecimento de mais um elemento no núcleo familiar, intensificando, possivelmente, os laços emocionais entre os membros da família.

Nas variáveis aliança parental e coesão familiar, a etapa da família com filhos adultos apresenta os valores mais baixos da amostra, apesar de se terem verificado diferenças significativas, apenas na coesão familiar. Estes valores mais baixos eram esperados na etapa da família com filhos adultos, uma vez que esta fase se caracteriza pela saída dos filhos de casa ou no caso de a saída não ter ocorrido, por haver uma independência progressiva dos filhos e uma menor interferência do subsistema parental. Este facto é encarado como positivo, se considerarmos que este decréscimo das variáveis implica uma saudável separação entre pais e filhos, de forma a promover a autonomia dos últimos. Por outro lado, neste período, há um predomínio do subsistema conjugal em relação ao subsistema parental, ou seja, os pais centram-se novamente na sua relação enquanto casal. Neste sentido, o resultado obtido na adaptabilidade

familiar nesta etapa (um dos resultados mais elevados), permite hipotetizar que é uma fase de reajuste familiar no que se refere à dinâmica da família, ou seja, um período de mudanças nas regras familiares e nos papéis que cada membro desempenha. Estes dados coadunam-se com o referido por alguns autores (e.g. Relvas, 2006 e Alarcão, 2006), quanto à sequência de acontecimentos vivenciados pela família, ao longo da etapa da família com filhos adultos.

No que concerne à adaptabilidade da família os valores situam-se todos no nível flexível, não se verificando diferenças estatisticamente significativas, ao contrário do esperado, segundo Olson (2000), uma vez que, tal como para a coesão familiar, o modelo circumplexo prevê mudanças ao longo das etapas do ciclo vital, no sentido da família se adaptar às mudanças e às crises vividas. Os dados obtidos podem ser consequência de uma aliança parental elevada, visto que as duas variáveis se encontram muito correlacionadas entre si, conduzindo os elevados valores da aliança parental a uma homogeneização das etapas, no que se refere à adaptabilidade familiar. A etapa da família com filhos na escola apresentou um resultado ligeiramente inferior às restantes etapas, o que poderá ser representativo das dificuldades de abertura do sistema familiar a um novo sistema, a escola, visto que nesta fase o país deparam-se com um sistema que pode avaliar a sua qualidade enquanto educadores, para além de que a entrada dos filhos na escola confere-lhes um novo papel e, consequentemente, um conjunto de novas regras. Este facto pode conduzir a alguma relutância do sistema familiar em adaptar-se à nova etapa do ciclo de vida.

Relativamente à relação das variáveis ao longo do ciclo vital, pode-se constatar que a aliança parental obteve pontuações muito elevadas em relação às outras variáveis, a coesão e a adaptabilidade familiar. Este facto é considerado positivo, uma vez que quanto maior a pontuação na escala de aliança parental, melhor a concordância entre os pais, em relação aos filhos. Contudo este resultado elevado pode dever-se à homogeneidade da amostra recolhida, uma vez que se esperavam maiores variações nos resultados do índice global de aliança parental e não resultados tão elevados e homogéneos.

Quanto ao modo como as variáveis se relacionam entre si ao longo do ciclo vital, o resultado está, de algum modo, em concordância com o referido por Feinberg (2003) que a aliança parental pode funcionar como um mediador dos *outcomes* familiares. No caso do presente estudo os *outcomes* familiares estudados foram a coesão e a adaptabilidade familiar, e verifica-se que existe uma boa correlação entre a adaptabilidade, a coesão e a aliança parental, mudando as três variáveis de modo semelhante ao longo das etapas do ciclo vital. Devido a este factor

mediador, pode-se hipotetizar que o facto da aliança parental ser elevada poderá ter influenciado a coesão familiar, no sentido de esta não apresentar um nível mais baixo (nível desligado), tal como referido em cima, visto que os valores da coesão familiares apesar de estarem situados num nível considerado equilibrado (nível separado), encontram-se próximos do nível desligado.

Conclusão

Com o presente estudo foi possível retirar conclusões gerais, tendo em conta as características da amostra. Destaca-se que as variáveis apresentam-se correlacionadas entre si com uma variação semelhante ao longo do ciclo vital, neste sentido e, à semelhança do referido por Feinberg (2003), a aliança parental pode funcionar como um mediador da coesão e da adaptabilidade familiar. Verifica-se, contudo, uma maior relação entre a aliança parental e a adaptabilidade, justificada pelo carácter funcional da aliança parental. Podemos, ainda, observar no caso da amostra recolhida, que associado a uma aliança parental elevada, encontra-se uma adaptabilidade familiar flexível e uma coesão separada, em ambos os casos os níveis são considerados equilibrados. O estudo apresenta algumas limitações das quais se salienta a homogeneidade da amostra, que apesar de ter sido recolhida em vários pontos do país, incluindo os Açores e a Madeira e de ser considerada uma grande amostra, não apresenta a diversidade desejada em relação às características dos participantes, nomeadamente, ao nível do estatuto sócio-económico e das habilitações literárias, o que impossibilita uma generalização para a população em geral. Por outro lado, salienta-se a falta de estudos longitudinais que investiguem as variações da aliança parental ao longo do ciclo vital e desta forma, o que poderia constituir um apoio para investigações futuras. Neste sentido, a necessidade de estudos que avaliem o modo como a aliança parental varia ao longo do ciclo vital e o facto do presente estudo investigar esta relação transversalmente constituem-se como uma limitação.

Apesar das limitações, o estudo poderá sugerir algumas implicações para a prática clínica, nomeadamente na intervenção com famílias, uma vez que sendo a aliança parental encarada como um factor mediador da coesão e da adaptabilidade familiar, pode ser entendida como um factor protector da família numa intervenção, assim como a aliança parental pode ser um factor a potenciar numa intervenção cujo objectivo seja adequar/trabalhar a coesão ou a adaptabilidade familiar.

Em suma, pretende-se que o presente estudo contribua para futuras investigações na área da família em Portugal, de modo a melhor compreender a influência da aliança parental nos *outcomes* familiares e de que forma as transições do ciclo vital influenciam a relação anterior.

Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1992). The Determinants of Parenting Behavior. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21(4), 407-412.
- Abidin, R. R. & Brunner, J. F. (1995). Development of a Parenting Alliance Inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24 (1), 31-40.
- Alarcão, M. (2006). *Des(equilíbrios) Familiares* (3ªed.). Coimbra: Quarteto.
- Bizarro L.M.G. (1999). *O Bem-Estar Psicológico durante a adolescência*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade* (1ªed.). Coimbra: Quarteto.
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the Transition to Parenthood: A Framework for Prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195.
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice*, 23(2), 95-131.
- Fink, A. (1995). *How to analyze survey data*. London: Sage Publications.
- Greeff A. P. (2000). Characteristics of Families That Function Well. *Journal of Family Issues*, 21,948-962.
- Groenendyk, A. E. & Volling, B. L. (2007). Coparenting and Early Conscience, Development in the Family. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(2), 201-224.
- Margolin, G., Gordis E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A Link Between Marital Conflict and Parenting in Two-Parent Families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS* (3ªed.) Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Maynard, P. E. & Olson D. H. (1987). Circumplex Model of Family Systems: A Treatment Tool in Family Counseling. *Journal of Counseling & Development* 65(9), 502-504.

Minuchin, S. (1974). Families and family therapy. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.

Olson D. H. & Gorall D. M. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal Family Processes* (3ªEd., pp. 514-547). New York: Guilford.

Relvas, A. P. (2006). *O Ciclo Vital da família* (4ªed.). Porto: Edições Afrontamento.

Tribuna, M. F. (2000). *Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência*. Dissertação de Mestrado em Famílias e Sistemas Sociais. Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: Texto Policopiado.

Van Egeren, L. A. (2004). The Development of the Coparenting Relationship over the Transition to Parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453-477.

Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms With Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165-178.

Anexos

Anexo I

Caracterização da Amostra

Caracterização da amostra

	Frequência	Percentagem Válida (%)
Masculino	180	48,9
Feminino	188	51,1
Total	368	100,0
Escolaridade	Frequência	Percentagem Válida (%)
0-4 anos de escolaridade	11	3,0
5-6 anos de escolaridade	12	3,3
7-9 anos de escolaridade	55	15,0
10-12 anos de escolaridade	94	25,6
Frequência universitária	31	8,4
Ensino Superior	164	44,7
Total	367	100,0
Idade	Frequência	Percentagem Válida (%)
20-29	20	5,4
30-39	142	38,6
40-49	165	44,8
50-59	38	10,3
60-69	3	0,8
Total	368	100,0
Origem Étnica	Frequência	Percentagem Válida (%)
Caucasiana	359	97,8
Africana	5	1,4
caucasiana-africana	2	0,5
Outra	1	0,3
Total	367	100,0
Nível Sócio-económico	Frequência	Percentagem Válida (%)
Nível sócio-económico baixo	47	12,8
NSE médio	156	42,4
NSE médi-alto e alto	165	44,8
Total	368	100,0
Residência Habitual	Frequência	Percentagem Válida (%)
Norte	22	6,0
Centro	82	22,3
Grande Lisboa	206	56,0
Alentejo	12	3,3

Algarve	19	5,2
Arquipélago da Madeira	9	2,4
Arquipélago dos Açores	17	4,6
Outra	1	0,3
Total	368	100,0
Estado Civil	Frequência	Percentagem Válida (%)
Casado	342	92,9
Divorciado	4	1,1
Solteiro	22	6,6
Total	368	100,0
Tempo de casamento	Frequência	Percentagem Válida (%)
0-4	21	6,3
5-9	64	19,1
10-14	63	18,8
15-19	92	27,5
igual ou mais de 20	95	28,4
Total	335	100,0
Tempo de divórcio	Frequência	Percentagem Válida (%)
0-4	2	0,5
10-14	1	0,3
111	364	98,9
999	1	0,3
Total	368	100,0
Tempo de união de facto	Frequência	Percentagem Válida
2-4	10	34,5
5-9	12	41,4
10-14	3	10,3
15-19	1	3,4
igual ou mais de 20	1	3,4
11	2	6,9
Total	29	100,0
Número de casamentos anteriores	Frequência	Percentagem Válida (%)
0	342	93,1
1	20	5,5
2	4	1,1
5	2	0,5
Total	378	100,0
Número de uniões de facto anteriores	Frequência	Percentagem Válida (%)
0	359	98,4
1	6	1,6
Total	365	100,0

Habita com	Frequência	Percentagem Válida (%)
nuclear	347	94,3
nuclear+alargada	21	5,7
Total	368	100,0
Situação Relacional	Frequência	Percentagem Válida (%)
casamento	339	92,1
união de facto	29	7,9
Total	368	100,0
Gravidez	Frequência	Percentagem Válida (%)
Não	358	97,3
Sim	10	2,7
Total	368	100,0
Tipo de filhos	Frequência	Percentagem Válida (%)
Biológicos	346	94,0
Adoptivos	10	2,7
Enteados	3	0,8
Mistos	9	2,4
Total	368	100,0
Idades	Frequência	Percentagem Válida (%)
Só Pré-escolar	83	22,6
Só escolares	37	10,1
Só adolescentes (10-17)	56	15,2
Só jovens adultos/adultos	27	7,3
Mistos	165	44,8
Total	368	100,0
Número total de filhos	Frequência	Percentagem Válida (%)
1	151	41,0
2	176	47,8
3	36	9,8
4	4	1,1
5	1	0,3
Total	368	100,0
Acompanhamento Psicológico	Frequência	Percentagem Válida (%)
Nunca teve	334	91,0
Teve no passado	29	7,9
Tem actualmente	4	1,1
Total	367	100,0
Religiosidade	Frequência	Percentagem Válida (%)
Não crente	66	18,1

Crente não praticante	202	55,5
Crente praticante	96	26,4
Total	364	100,0
Religião	Frequência	Percentagem Válida (%)
católico	259	87,5
cristã/católico	18	6,1
outro	18	6,1
11	1	0,3
Total	296	100,0
Ciclo vital	Frequência	Percentagem Válida (%)
Família com filhos pequenos	83	22,6
Família com filhos na escola	67	18,2
Família com filhos adolescentes	124	33,7
Família com filhos adultos	94	25,5
Total	368	100,0

Anexo II

Questionário sócio-demográfico

Anexo III

Parenting Alliance Inventory (PAI)

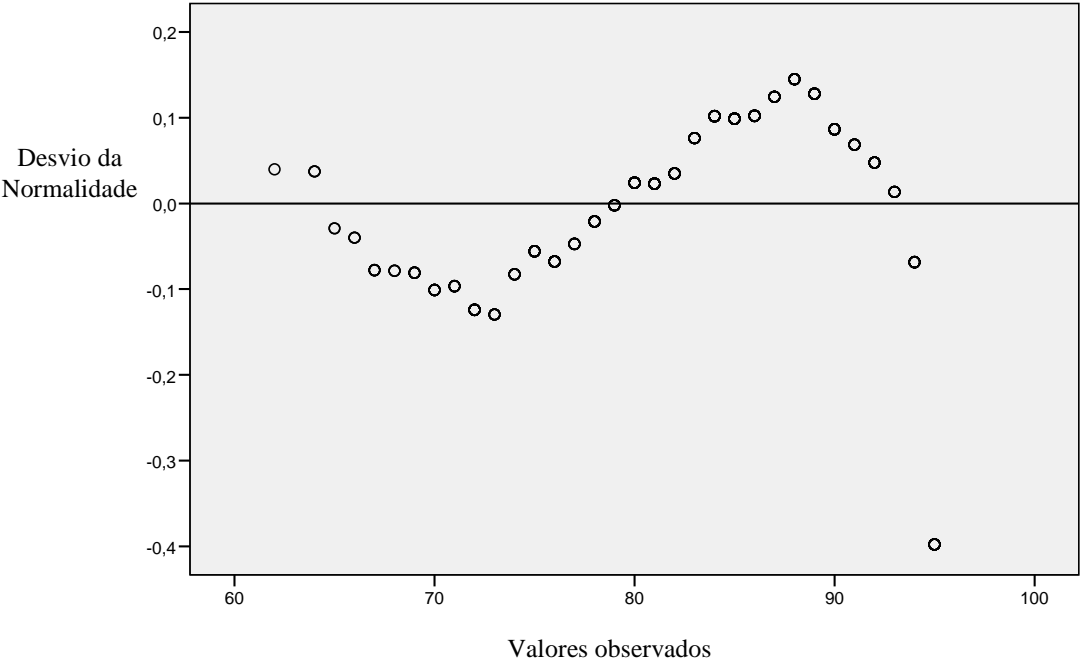
Anexo IV

Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES II)

Anexo V

Gráfico do Q-QPlot – Aliança Parental

Gráfico de *Q-Q plot* para a Aliança Parental



Anexo VI

Gráfico do Q-QPlot – Coesão familiar

Gráfico de $Q-Q$ plot para a Coesão Familiar

